

Ceilândia tem 350 irregulares

CORREIO BRASILENSE

Ex-conveniados demitidos da Novacap por contratos ilegais voltam a ocupar cargos públicos sem prestar concurso

A administração regional da Ceilândia é um grande abrigo de funcionários contratados pelo Instituto Candango de Solidariedade (ICS). Das cerca de 800 pessoas que trabalham na regional, 350 entram para o serviço público graças à contratação indireta que o GDF está realizando por meio do convênio com o instituto.

"Sem esses funcionários, a administração não teria condições de prestar um bom serviço à população. Funcionaria de forma precária", diz o administrador da Ceilândia, Eduardo Gomes. Os funcionários com os empregos ameaçados estão espalhados por todas as seções da administração, desempenhando de funções burocráticas a serviços de limpeza e manutenção da cidade.

O Ministério Público do Trabalho defende que essas vagas sejam preenchidas por concursados. "Todos devem ter o direito de disputar uma vaga no serviço público. A escolha está sendo subjetiva. O que não pode acontecer, porque quem paga os salários dessas

pessoas são os contribuintes", diz o procurador Valdir Pereira, um dos autores da ação que questiona as contratações.

Assustada com a decisão da Justiça, a auxiliar de escritório Nivânia Maria de Souza, 32 anos, faz um apelo: "Eu acredito que o governador vai proteger nossos empregos e que a Justiça não vai ser tão insensível. Precisamos trabalhar para sustentar nossas famílias", diz ela, contratada há um ano pelo Instituto para trabalhar na administração da Ceilândia com um salário de R\$ 500,00.

IMPEDIMENTO

Por causa da briga judicial entre GDF e Procuradoria do Trabalho, as administrações regionais já chegaram a dispensar por dois dias os funcionários do ICS. Eles ficaram impedidos de ir trabalhar até que o governo conseguisse derrubar a liminar que suspendia os contratos. Apesar de recorrer da decisão para evitar as demissões, o Governo do Distrito Federal está impedido de realizar novas contratações por meio do

Instituto Candango.

O GDF argumenta que está amparado por lei distrital que permite a terceirização de serviços por meio de contrato de gestão com organizações sociais como o ICS. "A administração pública está inventando mil formas para burlar o concurso público. A terceirização é permitida, mas estão ocorrendo excessos", sustenta Valdir Pereira.

A contratação de funcionários sem concurso não é uma prática recente no GDF. Entre 1988 e 1992, a Novacap contratou cerca de 10 mil conveniados sem atender à exigência da lei. A consequência foi uma enxurrada de demissões nos últimos dois anos, determinadas pela Justiça.

Essa é uma novela que a telefonista Marlene Dias, 50 anos, conhece bem de perto. Em 1991, ela começou a trabalhar na Administração da Ceilândia, como conveniada da Novacap. Perdeu o emprego cinco anos depois, porque a Justiça Trabalhista considerou nulo seu contrato de trabalho. Há menos de um mês, ela retornou — mais um vez sem concurso — para o quadro do governo. Recuperou o mesmo emprego de telefonista para ganhar R\$ 500,00.

Sua porta de entrada foi o Instituto Candango de Solidariedade, que a contratou para prestar serviço ao GDF. "O que Deus dá ninguém toma. Esse emprego sempre foi meu. Me tiraram daqui, mas consegui voltar", comemora. Mas o risco de perder o emprego continua.

Pressionado pela Justiça, o GDF teve em 1997 de demitir 4 mil conveniados, como a telefonista, que tiveram seus contratos anulados porque foram admitidos sem concurso público depois de 1988, contrariando exigência da Constituição. (SS)